

PRÁTICAS PATRIMONIAIS

TERRITÓRIOS & REFERÊNCIAS CULTURAIS

R

R



RIO DOCE

E SEUS ENCANTOS

PRÁTICAS PATRIMONIAIS

**TERRITÓRIOS &
REFERÊNCIAS CULTURAIS**

RIO DOCE
E SEUS ENCANTOS

R I O D O C E 2 0 2 4

FICHA TÉCNICA

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Construção da paz e do diálogo para o desenvolvimento sustentável das regiões atingidas pela barragem de Fundão: fortalecendo a capacidade institucional e de implementação de ações da Fundação Renova”, o qual tem o objetivo de implementar e sistematizar ações estratégicas em projetos de reparação e compensação voltados para as comunidades atingidas pelo desastre ocorrido com o rompimento da barragem de Fundão (MG), com vistas ao desenvolvimento sustentável. As indicações de nomes e a apresentação desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Pesquisa Histórica: Maria Alice Braga
Produção Textual: Maria Alice Braga | Marilêne A. Marinho
Coordenação Editorial | Revisão de Conteúdo: Marilêne A. Marinho
Colaboração e Revisão: Fundação Renova e Unesco
Projeto Gráfico: Luiz Augusto da Costa
Revisão de textos: Pedro Vianna
Edição: Quantum Projetos
Fotografias: Maria Alice Braga | Acervo Fundação Renova
Colaboração: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Rio Doce
1ª edição 2024

Esta publicação não pode ser comercializada.

Catalogação na Publicação (CIP)	
P912	Práticas patrimoniais : territórios & referências culturais : Rio Doce e seus encantos / Maria Alice Braga, Marilêne A. Marinho (produção textual). - 1. ed. - Belo Horizonte : [Quantum Projetos], 2024. 52 p. : il. foto. color. ; 21x21 cm. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-93889-16-5 1. Rio Doce (MG) - História 2. Cidades e Vilas (Minas Gerais) - História 3. Patrimônio cultural - Proteção I. Braga, Maria Alice, 1961- II. Marinho, Marilêne A, 1976-.
CDD: 918.51	

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Introdução



As cartilhas **“Práticas Patrimoniais: Territórios & Referências Culturais”** fazem parte das iniciativas de Educação Patrimonial desenvolvidas pela Fundação Renova, em cooperação com a Unesco, no contexto do Plano de Reparação das Referências Culturais das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Os textos e as imagens que compõem estas publicações difundem conhecimento sobre aspectos característicos da história e da cultura das comunidades que se desenvolveram nas planícies e baixadas ao longo dos rios Gualaxo, Carmo e Doce e que foram atingidas de diferentes maneiras.

Contemplando cada uma das localidades de abrangência do Plano de Reparação, em volumes específicos, as cartilhas destacam as principais referências culturais desses territórios, reveladas por meio de testemunhos de seus moradores, como as festas e as celebrações tradicionais, a arquitetura, as paisagens e os lugares de afeto, o artesanato e a culinária, dentre outros saberes e fazeres ancestrais.

Além de ser uma fonte de conhecimento e de valorização da cultura local, esta publicação configura-se como uma importante ferramenta didática a ser utilizada na prática da Educação Patrimonial destinada a um público diverso, seja no universo escolar, seja nos diferentes espaços de convivência dessas comunidades.

Esperamos que essa iniciativa favoreça a ampliação da consciência sobre a riqueza e a importância da história e da identidade de cada um desses territórios. E que igualmente fortaleça, em cada comunidade, o sentido de pertencimento, o apreço pelas tradições e legados culturais, estimulando o exercício pleno da cidadania.

Apresentação



A cartilha **“Rio Doce e Seus Encantos”** convida o leitor a transcender a mera contemplação das paisagens e mergulhar na essência da cultura local. Através de seus festejos populares, artesanato, culinária típica, lugares de afeto e histórias contadas de geração em geração, o visitante poderá conhecer a alma do povo rio-docense, sua simplicidade, acolhimento e alegria de viver.

Já nas proximidades de Rio Doce, ao desbravar a estrada que dá acesso ao município, o visitante é presenteado com um espetáculo de cores e formas. Serras verdejantes emolduram a paisagem e, no vale, o rio Doce revela o caminho de onde se vem e para onde se vai. É próximo ao município que o rio Piranga se transforma em rio Doce, ao receber as águas do rio do Carmo. E em sua leve sinfonia, o rio Doce segue seu curso como um guia, conduzindo à descoberta daquele território.

Na entrada principal da cidade, um pequeno oratório se ergue como um marco simbólico. Construído com pedras roladas e adornado com a imagem de Santo Antônio, o padroeiro local, o oratório representa a fé e a história do povo rio-docense. Um convite à reflexão e ao respeito às tradições que permeiam a vida na comunidade.

Bem-vindos a Rio Doce!

Índice

Entendendo o que é	
– “Referências Culturais” e “Educação Patrimonial”	8
Um pouco de história	10
Arquitetura, Paisagens e Lugares	11
Festas e Celebrações	28
Saberes & Fazeres	
Culinária, Mestres de Ofício, Artesanato	37
Glossário	43
Referências Bibliográficas	49

Entendendo o que é:

– “Referências Culturais” e “Educação Patrimonial”



Para conhecer um povo e, sobretudo, para que esse povo se reconheça em toda a sua complexidade e riquezas, é necessário percorrer caminhos. O primeiro é através da História. Como surgiu, quais personagens desbravaram suas terras e as ergueram, que ações e feitos atravessaram séculos ressignificando valores.

O segundo caminho é sua cultura. Ela possibilita entender os valores que foram sendo construídos com o passar do tempo e que, fruto da ação humana, constituem a essência dos lugares, traduzida na identidade e vocação.

Nesse contexto, convidamos o leitor a explorar os sentidos e significados que surgem da interseção entre História e Cultura, pois é nesse entrelaçamento que se desvendam as camadas mais profundas da identidade de uma sociedade e se revela a riqueza de suas tradições e valores.

Referência cultural: é um termo que engloba diversos aspectos da vida social que ganham destaque em razão dos sentidos e valores de importância diferenciada atribuídos pela comunidade. Esses aspectos incluem festas, celebrações, saberes e modos de fazer, formas de expressão, paisagens, lugares e edificações. Entre as muitas categorias que compõem o conjunto das Referências Culturais, destacam-se o artesanato, a culinária típica, as práticas agrícolas e pesqueiras tradicionais, o ofício da benzeção, as festas dos santos padroeiros, as celebrações populares, o congado, as folias de reis, a capoeira, as bandas de música e outras manifestações culturais que são cruciais para a identidade das comunidades que as produzem e vivenciam.

Educação patrimonial: trata-se de um “conjunto de ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo de discussão sobre o patrimônio cultural local, de modo a garantir que a reflexão dos conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade.” (IPHAN, 2014)

Um pouco de História ...

O município de Rio Doce situa-se na região sudeste da Zona da Mata, microrregião de Ponte Nova, em Minas Gerais. O povoamento da região teve início em fins do século XVII, a partir das Bandeiras vindas em busca de ouro. Várias fazendas fundadas neste século deram origem aos primeiros povoadamentos. Foram importantes, neste aspecto, a Fazenda Bueno, que pertence a Barra Longa; a Fazenda Santana do Deserto, criada por Matias Barbosa da Silva; a Fazenda do Engenho, fundada por Francisco Gomes Pinheiro, desbravador da zona do Carmo, do Rio Doce e do Casca, entre outras. A ocupação humana teve na agricultura – sobretudo no cultivo de milho, feijão, café e fumo – motivo que proporcionou o estabelecimento de centros urbanos no território de Rio Doce.

Antes chamado “Perobas”, devido à existência, em abundância, de árvores de madeira nobre, Rio Doce teve como fundador Antônio da Conceição Saraiva, que em 1864 ergueu na localidade um Cruzeiro para Santo Antônio, e depois a Capela, onde hoje é a Matriz do santo padroeiro.

Sua formação urbana está intimamente ligada à construção da Estrada de Ferro Leopoldina Railway e da Estação Ferroviária de Rio Doce, inaugurada em 05 de outubro de 1886, e a todo o progresso que a ferrovia gerou na região. O nome “Rio Doce” foi dado, em 1887, pelo vigário José Manuel Teixeira, que informou à Câmara Eclesiástica do Bispado de Mariana (ao qual Perobas pertencia), que “o lugar tomara o nome de Rio Doce”¹.

Rio Doce, que foi distrito de Mariana e depois de Ponte Nova, teve sua emancipação político-administrativa em 1963. Foi, durante muito tempo, uma região marcada especialmente pelas grandes lavouras de café, milho e feijão. Os rebanhos de gado, muare e porcos também demarcaram espaços muito significativos na paisagem da região. Atualmente, a principal atividade econômica do município é o comércio varejista, no distrito-sede, além da atividade agropecuária, na zona rural, com predominância da criação de gado leiteiro e de corte.



¹ Trindade, 1945, p.249.



Arquitetura, Paisagens e Lugares

PONTILHÃO DE FERRO

O Pontilhão Leopoldina Railway, hoje em ruínas, fica próximo à união dos rios Carmo e Piranga. Localizado em área rural, está a poucos quilômetros das fazendas do Engenho e Porto Alegre.

Sua história se entrelaça com a origem do município de Rio Doce e com a construção da ferrovia, que teve início no final do século XIX.

Com 77 metros de comprimento e pilares de sustentação com altura entre 15 e 20 metros, durante muitos anos o pontilhão possibilitou a passagem dos trens. A ferrovia, iniciada em 1886, permaneceu por oitenta e dois anos com tráfego e presença dos trens no cotidiano dos moradores de Rio Doce. A desativação da ferrovia aconteceu em 1969, quando foi encerrado o ramal ferroviário que ligava Ponte Nova a Dom Silvério passando por Rio Doce.

O acesso ao pontilhão se dá pela antiga linha férrea Leopoldina Railway. O local permaneceu como travessia de pedestres até o final dos anos 1990.

Há muito tempo não há mais circulação dos trens. A robusta estrutura metálica, constituída de pilares de concreto e alicerce de pedras, marca a paisagem local, trazendo lembranças de um passado glorioso.





A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE RIO DOCE

Situada no centro da cidade, a **Estação Ferroviária de Rio Doce**, que foi inaugurada em 1886 pela Estrada de Ferro Leopoldina, chegou a funcionar como moradia anos após a desativação da linha férrea. Em estilo arquitetônico idealizado para as muitas estações ferroviárias construídas no país, cuja estética simboliza o progresso do período, a Estação de Rio Doce passou por uma reforma arquitetônica, estrutural e paisagística em meados da segunda década dos anos 2000. Em 2015, o local onde se situa a estação foi transformado em um complexo cultural e a estação passou a abrigar, em suas dependências, o Centro Cultural Odilon Caldeira, que conta com um cinema, um pequeno museu aberto à visitação e um jardim externo. O complexo da antiga Estação Ferroviária – tombada como patrimônio cultural pelo município – mantém viva a história de Rio Doce e da ferrovia.

As redes ferroviárias tiveram sua construção iniciada ainda no século XIX, sendo o Barão de Mauá – Irineu Evangelista de Souza – o idealizador e pioneiro nesse feito. Em 1872, com o surgimento da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, a construção de estradas tomou o rumo de Minas Gerais. Conhecida como Leopoldina Railway, na segunda metade do século XIX a Companhia assumiu o controle de uma das maiores malhas ferroviárias do País.

A chegada da ferrovia e a construção da Estação “Rio Doce” trouxe desenvolvimento urbano e transformou o antigo povoado de Perobas em Rio Doce, levando-o à emancipação em 1963.



A PRAÇA HELDER DE AQUINO E SEUS JARDINS

A Praça Helder de Aquino e seus jardins evidenciam cuidados e caprichos, apresentando diversidade de flores e cores. Espaços floridos que chamam a atenção de quem passa pelo Centro – moradores e visitantes, que ali se abrigam do sol e se permitem usufruir de momentos de tranquilidade e da beleza local.

Possivelmente criado na década de 1950, o jardim foi iniciativa do prefeito de Ponte Nova, o Sr. Helder de Aquino. Rio Doce era, na época, um distrito, pertencente ao município de Ponte Nova. Os traçados dos canteiros remontam à década de 1970; o coreto veio depois. Área tradicional e referência como lugar de encontro dos moradores, o jardim foi reconhecido como patrimônio cultural do município. Em 2005, por iniciativa da prefeitura, o jardim passou por uma revitalização: foi implantado novo piso, pintura do coreto e do caramanchão, maior diversidade de flores nos canteiros e iluminação adequada.

Seu entorno é marcado por edificações residenciais e comerciais, de arquitetura eclética. Palmeiras e quaresmeiras, beijos, buxinhos, camarões e margaridas, trepadeiras e buganvílias encantam, com cuidados e perfumes, entremeados de bancos e mesas, canto de pássaros e, claro, o aconchego da Praça!



A MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO



A Matriz de Santo Antônio, ativa e imperiosa, ocupa a área central de Rio Doce. O local onde agora se ergue a igreja foi marcado pela instalação de um Cruzeiro em 1864, em honra a Santo Antônio, padroeiro da cidade. A Capela primitiva foi toda estruturada em esteios de madeira. Em 1884, depois de ampliações, finalmente foi benzida e inaugurada.

Durante o século XX, os padres José Vicente de Souza, João Macário de Castro, João Siqueira Tavares e Sebastião Inácio de Moura – este responsável pela construção do salão paroquial e Capela do Santíssimo – foram, cada um a seu tempo, os principais responsáveis pelas obras de ampliação e “aformoseamento” da Igreja Matriz, e se esmeraram em torná-la ainda mais ampla e bela.

A arquitetura da Matriz de Santo Antônio apresenta estilo eclético. Duas escadas nas laterais completam o conjunto. No interior, destacam-se ladrilhos hidráulicos e pinturas com motivos bíblicos nas paredes laterais e no teto.

Local de celebrações importantes, como a festa do padroeiro, Santo Antônio, e outras, é espaço sagrado de visitação e fé.

Posicionado bem em frente à Matriz, um jardim se destaca, com canteiros geométricos e, no mesmo espaço, ao fundo, uma gruta oferece momento de silêncio e contemplação.



AS RUÍNAS DA ESTAÇÃO DO ENGENHO



Silenciosa e resistente ao tempo, a **Estação do Engenho** está situada próximo às ruínas do Pontilhão. Guarda memória de um passado remoto, quando os trens faziam o tráfego e proporcionavam a movimentação constante das populações e da produção agrícola de Rio Doce, Ponte Nova e Dom Silvério, na época com o nome “Saúde”.

Foi local importante no trajeto da antiga Linha Ferroviária Leopoldina Railway. Suas instalações possibilitaram o desenvolvimento na região: foi responsável pelo depósito e abastecimento de produtos agrícolas, como o armazenamento da produção de café oriunda da Fazenda do Engenho. Sua história remonta às origens da construção da ferrovia, no final do século XIX, e ao início do município.

A estação do Engenho, em tempos idos, foi palco de intenso burburinho. Inúmeras cargas e diversidade de passageiros ali se encontravam e tinham a oportunidade de se deslocarem para outros lugares. Tempos de progresso social e econômico foram freados em 1969, quando, em 26 de agosto, a Estação do Engenho foi fechada, decretando o fim do ramal ferroviário Ponte Nova-Dom Silvério via Rio Doce.

O tempo decretou a Estação do Engenho às ruínas...

Lembranças!

A FAZENDA FLORESTA

A Fazenda Floresta, erguida no início do século XX, mantém referências das antigas construções, que incluem a residência principal, as casas dos colonos, uma casa de luz, moinho, engenho, tulha e um pátio para secagem do café.

Seu conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado em 2017 como patrimônio cultural do município, guarda a história de uma fazenda produtiva e rica em tradições. Segundo relatos orais, lá existiu um armazém que comercializava produtos como rapadura, sal, arroz e outros itens de serventia na região.

Em 2015, a Samarco Mineração adquiriu a Fazenda Floresta, logo que os rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, chegaram ao município de Rio Doce.

A placa comemorativa das “Bodas de Ouro” do casal Antônio e Maria Amélia ainda existe na varanda da edificação principal. Simbolicamente, guarda a memória de tempos e presenças que fizeram a história e o cotidiano da fazenda e, por extensão, de Rio Doce. A tulha de madeira, preservada originalmente, é o elo que referenda o passado!



A GRUTA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES



A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, singela e simples, se situa na margem esquerda do rio Doce, na estrada que dá acesso à comunidade de Santana do Deserto. Seu lugar de origem, no entanto, segundo relatos, não seria este.

A história, contada por moradores, revela que a gruta foi construída pelo padre Sebastião Inácio de Moura, nos anos 1970, sendo anterior à construção do Santuário de Santana do Deserto. Em 2004, com a construção do represamento do Rio Doce e instalação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, a gruta precisou ser transferida.

A primeira gruta era escavada na montanha e de lá jorrava um veio de água, fato que a fez conhecida com o nome de "Água Santa". A gruta atual, situada no "Caminho de São José", rota de peregrinação que liga a Igreja São José, em Barra Longa, ao Santuário de Santana do Deserto, foi erguida pelo engenheiro José Maurício Pereira, responsável pela construção do Santuário. No seu interior, protegido por grades, encontra-se o pequeno altar com uma singela imagem de Nossa Senhora de Lourdes.

A modesta gruta é um local que traduz fé e lembranças dos moradores da região. Sua preservação revela cuidados com o Sagrado e com as devoções!

A FAZENDA DOS LAGES



A Fazenda dos Lages ainda tem preservada sua construção imponente. Apresenta características da arquitetura colonial, mas é eclética no conjunto. São dois pavimentos, sendo o primeiro andar composto por espaços destinados a depósitos, e o segundo à morada.

Adquirida na primeira metade do século XX, por João da Silva, português, dono de muitas terras e fazendas na região, a propriedade teve no café sua produção principal. O proprietário deixou como herdeiras suas quatro filhas: Elisa, Maria José, Maria de Lurdes e Maria da Conceição. Posteriormente, em 1984, seu neto, Salvador Real Pereira, arrendou a propriedade e nos anos seguintes a adquiriu, sendo o atual proprietário.

A fazenda preserva construções como o curral, casa de luz, moinho e paiol, referências de um passado próspero. A produção de café há muito deixou de existir, e a fazenda, agora, se divide entre um aconchegante espaço de lazer e a criação de gado. Situada na zona rural de Rio Doce e acessada por uma estrada de terra, a propriedade apresenta a escada na lateral, em “L”, que se comunica com o charmoso alpendre, no andar superior, adornado de balaústres e ladrilho hidráulico.

Hospitalidade mineira e aconchego traduzem a Fazenda dos Lages.



O CAMPO E O FUTEBOL EM RIO DOCE



O futebol, paixão nacional, em Rio Doce e região não é diferente. Uma tradição que existe há muitas décadas. Antes com presença predominantemente masculina, agora cresce também a participação feminina nos campeonatos.

Nos anos 1980, o esporte ganhou mais organização, com a formação de times – com nomes, escudos, uniforme, cores identitárias e participação em campeonatos. Um exemplo é o *Esporte Clube Riodocense*, fundado em 1986. Nessa época, os campeonatos municipais e regionais tornaram-se mais frequentes na região. Em algumas comunidades rurais também surgiram times de futebol, como em Matadouro.

Em Rio Doce, presença marcante é o estádio Caetano Cenachi Neto, cuidadosamente preservado pelo município. Com capacidade para receber um público de cerca de 1.380 torcedores, o estádio abriga um complexo esportivo, com espaço para eventos, centro comunitário, quadra poliesportiva coberta, quadra de areia e futebol *society*, além do campo de futebol.

O principal campeonato disputado na região é o “Campeonato Regional do Açúcar”, organizado desde 1995 pela Liga Independente de Urucânia (LIU), do qual participam várias cidades, como Ponte Nova, Urucânia e Rio Doce, entre outras.

O ENCONTRO DE CAVALEIROS EM RIO DOCE E REGIÃO



A tradição dos Encontros de Cavaleiros no município de Rio Doce e arredores remonta à década de 1980, quando as primeiras edições aconteceram em Santa Cruz do Escalvado e Dom Silvério, exercendo forte influência em toda a região. Atualmente, em Rio Doce, o Encontro reúne residentes de diversas comunidades, sobretudo daquelas cinco abarcadas na série de encontros de cavaleiros do calendário oficial do município.

À semelhança de muitos eventos que ocorrem no estado, o Encontro é uma celebração da cultura local e proporciona confraternização e entretenimento. A programação começa pela manhã, com a concentração dos cavaleiros no distrito-sede de Rio Doce.

Nas comunidades mais próximas de Rio Doce, como Matadouro, apresentações artísticas também fazem parte da programação.

A organização fica a cargo da prefeitura e de membros das comunidades que abraçam o evento. O calendário e as atrações começam a ser definidos no início do ano. Toda a população é convidada a participar.

A confraternização e valorização da cultura local, seus costumes e tradições norteiam a produção do evento e justificam a continuidade desses encontros. Os cavaleiros saem em cavalgada da sede em direção ao povoado, onde são recebidos com um almoço generoso de confraternização. O cardápio, cuidadosamente preparado pela comunidade, apresenta o tradicional feijão tropeiro com arroz e torresmo e o clássico churrasco.

O CAMINHO DE SÃO JOSÉ



O Caminho de São José liga o distrito de Santana do Deserto, em Rio Doce, ao distrito-sede de Barra Longa. Possivelmente utilizado há séculos por antigos moradores da região, os 47 quilômetros que unem os dois municípios, ao longo do Rio Carmo, apresenta uma série de edificações de relevância arquitetônica ou arqueológica próximas à estrada, como são os casos das Ruínas da Estação do Engenho, da Fazenda Porto Alegre e do Pontilhão de Ferro.

O **Caminho de São José** transcende as belezas naturais exploradas pelo ecoturismo e se revela como um convite à fé e à tradição. Peregrinações individuais, rumo ao Santuário de Santana do Deserto, e coletivas, como a *Caminhada de Santana*, entre a sede de Rio Doce e o distrito de Santana do Deserto, no âmbito das comemorações em torno da Festa de Santana, marcam este roteiro único.

Em março, a Caminhada de São José, organizada pela Paróquia de São José, em Barra Longa, reúne fiéis em um ato de fé que conecta os municípios de Rio Doce e Barra Longa. Mas o Caminho pulsa ao longo do ano, com eventos como a *Corrida Rústica*, o *Minas Riders* e o *Pedala Rio Doce* (prática e evento ciclístico), convidando os amantes do esporte a se conectarem com a natureza exuberante da região.

O Caminho de São José liga distritos e comunidades, facilitando deslocamentos e circulação de mercadorias. O significado dessa via se expande na compreensão de sua importância, onde cultura, tradições e religiosidade se somam e se mesclam no ir e vir constante dos moradores da região.

OS USOS DA TERRA EM RIO DOCE

As terras de Rio Doce começaram a ser povoadas ainda no século XVIII. A edificação de importantes fazendas, que permanecem produtivas até hoje, foi o marco da ocupação do território, e os proprietários que as erigiram os responsáveis pelo início de tudo.

A Fazenda Santana do Deserto, fundada por Mathias Barbosa da Silva; a Fazenda do Engenho, que ainda conserva o documento de venda de Francisco Gomes Pereira para o filho, Padre José Gomes, em 1774; a Fazenda Marimbondo, de Lourenço Dias Rosa, e a Fazenda Lages, de Francisco Carneiro, são todas guardiãs de histórias de um passado rico em produção agrícola.

No século XIX, com a implementação da malha ferroviária de Rio Doce, o investimento na região proporcionou crescimento econômico e aumento populacional, além de fortalecer o escoamento da produção agrícola. Café, arroz, feijão e milho eram as produções importantes e ocupavam grande parte dos territórios.

A derrocada da bolsa de Nova Iorque, em 1929 e, a partir dos anos 40, a mudança de investimentos nacionais da malha ferroviária para a construção de rodovias, provocaram mudanças significativas nos usos das terras em toda a região de Rio Doce.

As lavouras foram diminuindo, dando lugar às pastagens e ao aumento dos rebanhos de corte e leiteiro, sendo essa a característica mais marcante nos dias atuais.

Hoje, a Bacia do Rio Doce possui cerca de 80% de sua área ocupada por pastagens, 12% por áreas urbanas, de agricultura e barragens. Restam apenas 5% de florestas e remanescentes de matas nativas.

O município de Rio Doce vive, hoje, essa realidade. Os plantios são poucos e voltados para as necessidades das famílias residentes. O leite produzido é vendido para as cooperativas. Queijos e derivados destinam-se ao consumo local. A ocupação das terras tem na agropecuária a principal atividade da vida rural no município.





Festas e Celebrações



A FESTA DA SANTA CRUZ



A novena de Santa Cruz é um rito de fé que, adormecido por muitos anos, retornou nos anos 1990, no Morro do Cruzeiro, onde devotos, moradores do bairro, começaram a manifestar sua fé ao pé da cruz.

No ano de 1990, o terreno onde já havia o Cruzeiro foi loteado pela prefeitura e a ocupação da área levou os moradores a resgatarem a comemoração da festa de Santa Cruz, no dia 3 de maio. As novenas aconteciam de 1º a 9 de maio. O dia 2, véspera do dia da Santa Cruz, era dedicado aos enfeites e decorações, que foram incorporados às celebrações. A comunidade se reunia para enfeitar o Cruzeiro e cada família enfeitava sua própria cruz, que no dia 3 era colocada nas portas das casas.

Era costume antigo, em tempos de seca, os moradores se organizarem e irem em grupos ao pé do Cruzeiro pedir chuva, levando pedras ou latas d'água na cabeça.

Atualmente, os ritos para Santa Cruz voltaram a acontecer como antigamente, restabelecendo fundamentos, crenças e valores com os quais a comunidade se identifica e deseja preservar.

O OFÍCIO DA VIRGEM MARIA



O mês de maio é concebido pela comunidade católica como o “Mês de Maria”. Em Rio Doce, no mês que é também dedicado às noivas e às mães, os fiéis celebram o Ofício da Virgem Maria, de 1º a 31. Essa tradição no município tem suas raízes na década de 1930, tendo sido organizada, desde os seus primórdios, por um grupo de mulheres do movimento católico do Apostolado da Oração da Igreja Matriz de Santo Antônio.

Para acompanhar o Ofício, era usado um livrinho com a sequência dos hinos, ladainhas e cânticos dedicados à Virgem Maria. Aos finais de semana, havia a coroação.

Apesar de não ser mais celebrado ao longo do mês inteiro, conforme acontecia no passado, a tradição oral indica que os fiéis continuam a rezar diariamente o Ofício de Nossa Senhora em suas casas, seguindo a crença de que uma vez iniciado, não deve ser interrompido.

Desde 2019, a Paróquia de Santo Antônio vem somando esforços junto aos fiéis católicos para resgatar as tradicionais celebrações do mês de maio. O Ofício foi retomado pela manhã, com os sinos tocando às 5h. Às 19h, a programação se repete, todos os dias do mês, buscando mais participação da comunidade e fortalecendo a celebração.

Atualmente, essa manifestação de fé não se restringe às mulheres do Apostolado da Oração, contando também com a participação ativa de homens e mulheres, entre adultos, jovens e crianças da comunidade católica local.

A FESTA DE SANTO ANTÔNIO



A Festa de Santo Antônio é um acontecimento que traduz a história, a cultura e a religiosidade de Rio Doce. As celebrações para o Santo padroeiro existem desde as primeiras povoações da região e são referência de identidade para a população.

Em 13 de junho de 1864 foi erguido um Cruzeiro em homenagem a Santo Antônio. A intenção do fundador, Antônio da Conceição Saraiva, foi demarcar a fé e a religiosidade, enquanto não fosse erguida a Capela. A festa acontece na primeira quinzena de junho, com trezenas e missas, que contam com total envolvimento da população. No dia 13 de junho, feriado do Dia do Padroeiro de Rio Doce, acontece a culminância da festa. A Alvorada inicia as celebrações às cinco horas da manhã. Missa, procissão motorizada, bênção dos carros, fogos e sinos ao meio-dia completam a programação da manhã.

À noite, uma grande procissão percorre as ruas da cidade e volta para o adro da igreja, onde ocorre o encerramento com uma celebração festiva. Após a missa acontece a coroação do Padroeiro por um grupo de meninos vestidos de Santo Antônio. Bênçãos e distribuição dos pãezinhos de Santo Antônio marcam o encerramento da festa e abrem os festejos das tradições juninas na cidade. A “Rainha da Fogueira”, uma das tradições juninas de Rio Doce, é anunciada no dia da Festa do Padroeiro. Leva o título a candidata que consegue arrecadar o maior número de votos por meio da rifa, cujos recursos arrecadados auxiliam na realização da Festa.

Devoção e fé unem o povo rio-docense, e Santo Antônio guia o caminho! A festa traz a força da comunidade e a comunhão com ritos que atravessaram séculos, se renovam e confirmam não apenas a história, mas o comprometimento dos fiéis com uma religiosidade que contribui para a formação da identidade cultural local.

A FESTA DA FOGUEIRA DE SÃO JOÃO



A Festa da Fogueira de São João é uma tradição antiga em Rio Doce. Tudo começou com a iniciativa do Sr. João Pedro, bisavô das atuais promotoras da festa, Vanda e Maria Matias. Antes delas e durante muito tempo Joana Matias, a avó, e seu filho, João Matias, pai de Vanda e Maria, foram os mantenedores da festa.

Com o falecimento do Sr. João Matias, em 1993, a festa deixou de ocorrer até ser retomada pela família Matias em 2004. Desde então, as celebrações de São João, em 24 de junho, são um destaque no ciclo das festas juninas da cidade. O evento envolve diversas atividades, desde a arrecadação de alimentos até concursos de quadrilhas, barracas, leilões, preparação da fogueira e a participação ativa da família Matias e da comunidade de Rio Doce. O momento marcante ocorre na noite de 23 para 24 de junho, quando a fogueira é acesa. À meia-noite, alguns corajosos testam sua fé atravessando descalços o braseiro em chamas.

A festa se concentra na Rua Silveira Lobo, no quarteirão que abrange as casas da família Matias.

Bem imaterial de Rio Doce, a tradição vem sendo cuidadosamente preservada, disseminando momentos de união e fé que fazem deste evento um dos mais esperados por toda a cidade e região.

OS PASTORINHOS

– FOLGUEDO NATALINO EM RIO DOCE



O folguedo natalino **“Os Pastorinhos”** é uma manifestação cultural que em Rio Doce surgiu na década de 1940. Nos anos 1970 deixou de acontecer, sendo retomado 30 anos depois.

Em 2004, por iniciativa da comunidade e do setor público, a tradição dos “Pastorinhos” foi resgatada e se mantém até os dias atuais, graças aos conhecimentos transmitidos de geração em geração.

A apresentação dos “Pastorinhos” acontece durante o mês de dezembro, nas ruas mais próximas à Matriz de Santo Antônio. O grupo percorre e visita as casas que têm presépios e onde costuma ser convidado a cantar os tradicionais hinos do folguedo natalino em louvor ao Menino Jesus.

Foram os jesuítas, no século XVI, que deram origem a essa tradição, para catequização indígena. Através dos séculos, a manifestação se espalhou pelo Brasil, ficando conhecida como “Pastoril”, no Nordeste, e “Pastorinhas”, no Sudeste.

Em Rio Doce, o grupo de Pastorinhos é formado por meninas e meninos. As meninas vestem saias compridas rodadas, com avental e lenços na cabeça. Já os meninos usam calça e camisa brancas, sem paramentos. As apresentações do grupo têm início no dia 08 de dezembro e finalizam no dia 23, às vésperas do Natal, com uma apresentação solene na Matriz de Santo Antônio.

Bem Cultural do município, o folguedo natalino dos Pastorinhos mantém viva a tradição do ciclo natalino rio-docense.

A musicalidade e a **Corporação Musical Santo Antônio**



A história da **Corporação Musical Santo Antônio** remonta aos anos de 1920 e 1930, período em que já existiam em Rio Doce duas bandas, a “Lírios da Primavera” e a “Banda Santo Antônio”.

O nome da Corporação Musical de Santo Antônio foi definido em 1940 e seu estatuto foi escrito em 1968, com o objetivo de dar segurança aos músicos. Mas, no final da década de 1970, a Corporação se desfez por dificuldades vividas na época. Em 2005, em uma ação conjunta com a Secretaria de Cultura, a banda retornou como manifestação cultural local atuante, sendo admirada em toda a região e com participação em comemorações no município, cidades vizinhas e em encontros estaduais e nacionais de bandas.

Atualmente, junto ao corpo de músicos experientes, a Corporação Musical Santo Antônio, empenhada



em preservar a rica tradição musical de Rio Doce, promove a educação musical de quase uma centena de crianças e jovens de 6 a 14 anos, através do projeto Trocando Notas. Com a configuração de uma escola de música, o programa educacional abrange a iniciação instrumental em percussão, flauta doce, fagote, oboé, violino, viola e trompa, entre outros.

Além disso, o incentivo à iniciação musical em Rio Doce acontece na rede municipal de ensino, com a oferta do ensino de música na grade curricular, desde a creche ao 5º ano. Esse compromisso com a educação musical contribui para a identidade vibrante da cidade, onde cada nota é um elo com sua rica herança musical.

Envolta em harmonias e melodias, Rio Doce celebra o valor da música em sua essência.

CARNAVAL DE RIO DOCE: A TRADIÇÃO VIBRANTE



O **carnaval em Rio Doce** tem em seus blocos a forma de lazer que caracteriza as folias. A história remete aos anos de 1940, quando surgiram os bonecos gigantes do “Zé Pereira” e da “Maria Pereira”, inspirados nos desfiles carnavalescos de Olinda, Pernambuco.

Na década de 1970, com o encerramento da ferrovia, o Carnaval de rua em Rio Doce experimentou uma redução, ao passo que os clubes alcançaram seu auge. O entretenimento nas ruas ficava majoritariamente limitado à participação da parcela menos privilegiada da população, que não tinha acesso aos clubes.

Nos anos 1990, Geraldo César dos Santos fundou o bloco “Locomotiva”. Mais tarde, inspirado pela memória de um antigo bloco, renomeou-o como “Pinga e Samba”, que estreou suas atividades nas ruas em 2002. Em razão de desentendimentos políticos, o grupo se dividiu, dando origem ao bloco “Turma do Gueto”, em 2005. Atualmente, os blocos ativos são o “Junto e Misturado”, idealizado em 2007 por Vanda e Márcia; “Vai Tomar Banho”; “Arrocha”; “Turma do Gueto” — conhecido por desfilar com bonecões —, e o “Pinga e Samba”. Formados por foliões de Rio Doce, esses grupos desfilam com camisas personalizadas (abadás) e/ou fantasias, alternando entre si os dias e horários de apresentação.

A celebração dos blocos de rua em Rio Doce mantém viva a memória do carnaval local e, ao mesmo tempo, revitaliza constantemente a tradição festiva, transformando-a em um atrativo anual para visitantes de toda a região.

Saberes & Fazeres
CULINÁRIA,
MESTRES DE OFÍCIOS,
ARTESANATO

OS MODOS DE FAZER QUITANDAS E DOCES EM RIO DOCE

Muitas são as senhoras que ainda fazem em seus quintais e fogões a lenha os doces simples, mas requintados, que atravessam séculos, preservados nas receitas das matriarcas. Ensinaamentos de muito valor, que trouxeram os modos e maneiras de manter preservados os sabores das frutas colhidas nas diferentes estações do ano.



Conceição de Fátima Barbosa, carinhosamente conhecida como “Tinha”, é doceira há muitos anos em Rio Doce. O conhecimento vem de família: aprendeu com a mãe, Dona Lourdes Alexandrina Barbosa. A arte de fazer doces foi um aprendizado que veio na juventude e, na época, fazia apenas para consumo familiar. Chegou um momento em sua vida que ela resolveu fazer desse conhecimento um ofício que pudesse lhe trazer renda.



Muitas são as variedades de doces possíveis de se fazer com ingredientes do campo, e o fogão a lenha é o local da transformação. Conceição tem na horta um pé de cidra, onde colhe o ano todo a fruta para os doces de cidra ralado ou de cidra com mamão. Outras frutas vêm de outros quintais e fornecedores. Faz também doce de goiaba, mamão espelhado, pé de moleque, cocadas, doces de frutas curtidos – aqueles que precisam ficar um tempo de molho em água para tirar o amarujo, como limão e laranja. O doce de leite em pedaços também é da lida e não pode faltar. Símbolo de mineiridade, é a especiaria mais procurada.



“Tinha” é, entre muitas outras, participante da “Feira Gastronômica Cultural”, que acontece em Rio Doce há alguns anos. O evento reúne restaurantes e produtores locais. É um momento de valorização das comidas da terra: concursos de pratos típicos, shows artísticos, cervejas artesanais e outras atrações fazem parte da programação que promove a culinária de Rio Doce e traz para o município muitos visitantes do entorno e de outras regiões.



Os modos de fazer quitandas são semelhantes em toda a região. “Tinha” mantém em sua casa um forno antigo, daqueles que precisam de lenha para queimar e que, depois de varridas as brasas com vassoura de alecrim, permite assar muitas quitandas ao mesmo tempo. Chamado de “Cupim”, nele “Tinha” faz bolos, pães e merendas, todos para o alimento da família e para as visitas. São rosquinhas de nata e biscoitos amanteigados - os do dia a dia. As receitas? Vêm das mães e das avós, conhecimentos guardados e ainda muito praticados, não só na casa de “Tinha”, como em toda a região de Rio Doce.



GLOSSÁRIO

BEM CULTURAL – Um bem cultural é um produto da cultura ou uma manifestação da dinâmica cultural que merece proteção devido ao valor e significado que detêm para um grupo específico, uma comunidade ou sociedade. Esses bens podem ser classificados como de natureza material – tangíveis e identificáveis por sua forma física, abrangendo edificações, móveis e objetos; ou de natureza imaterial – relacionados a práticas sociais, como saberes, ofícios, celebrações, expressões artísticas e lúdicas, bem como locais que abrigam manifestações culturais coletivas, como mercados, feiras e santuários¹.

CULTURA – “(...) conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001).

COSTUMES – Hábito, prática cotidiana, modo de pensar e agir característico de pessoa ou grupo social. São regras sociais resultantes de uma prática reiterada de forma generalizada e prolongada em cada sociedade e cultura específica que, com o passar do tempo, acabam por se tornar prática comum enraizada na cultura social. No âmbito do Direito, os costumes são as ordens sociais racionais e contemporâneas, que servem como fonte da criação de algumas leis que regem a conduta da sociedade.

DIVERSIDADE CULTURAL – “...refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados” (UNESCO, 2005).

¹ Disponível em portal.iphan.gov.br. Acesso em ago/2023.

ESTILO ARQUITETÔNICO COLONIAL – É o estilo difundido durante o período colonial brasileiro (1530-1815), onde os materiais e o processo de construção apresentam identidades específicas e marcantes. Muitas edificações nesse estilo apresentam características barrocas ou neoclássicas. Os nomes de destaque da arquitetura colonial em Minas Gerais são Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manuel da Costa Ataíde, que influenciaram profundamente a arquitetura que se desenvolveu em todo o território. No período colonial, além das expressões arquitetônicas, houve um florescimento das artes plásticas, incluindo escultura e pintura, juntamente com a composição musical destinada às celebrações religiosas e festividades. E a tradição perdura até os dias atuais, mantendo-se viva em todo o interior do estado.

IDENTIDADE – É tudo o que diferencia e identifica uma pessoa, um grupo social, político, étnico, religioso e outros. Os marcos do passado constituem parte da memória social e da identidade cultural das comunidades. O passado solidifica a identidade presente e permite o vislumbre do futuro. Não existe identidade sem passado.

IEPHA-MG – “O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico- Iepha-MG- é uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural”. É função do Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federal. Além de acompanhar e realizar obras de restauração de bens culturais, o Iepha-MG implementa ações de cooperação municipal, por meio do ICMS Patrimônio Cultural, e produz inventários, dossiês de registro e tombamento, bem como promove ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais².

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária é o Órgão responsável pela inspeção, fiscalização e certificação de produtos de origem animal. Executa políticas públicas de defesa sanitária animal e vegetal no estado de Minas Gerais. É vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

INVENTÁRIOS – Para o Patrimônio Cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. São modos de produção de conhecimento sobre bens culturais para identificá-los e valorizá-los como patrimônio cultural. Trata-se de um instrumento que permite conhecer a

² Disponível em: unesco.org. Acesso em jul/2023.

fundo um bem cultural, seja de natureza material ou imaterial, e que auxilia nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

IPHAN- O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pelas políticas nacionais de patrimônio cultural. Com autonomia técnica, administrativa e financeira, o IPHAN possui representações em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal—as chamadas Superintendências Estaduais—, além de 27 Escritórios Técnicos.

MEMÓRIA – Lembranças, reminiscências, vestígios. Aquilo que serve de lembrança. A memória permite a construção da identidade individual e coletiva. Estabelece a relação entre o passado e o presente e permite vislumbrar o futuro. Por ser um elemento vivo, a memória está sujeita a modificações e alterações.

NÚCLEOS HISTÓRICOS – Espaços onde é possível vivenciar as transformações no país, estados e cidades ao longo do tempo. Através da preservação de expressões próprias de cada período histórico, as cidades, com seus núcleos históricos, representam as referências de ocupação humana. São lugares importantes, que compõem o Patrimônio Cultural.

ORATÓRIO – Mobiliário – nicho, ou pequeno altar, que contém imagens de santos, destinado à devoção. Desde os tempos coloniais se espalharam pelas fazendas, senzalas e todo tipo de residência. Ainda nos dias de hoje é um local nas casas onde as pessoas realizam suas orações.

PAISAGEM CULTURAL - A paisagem cultural é sempre compreendida como um espaço abrangente que engloba elementos materiais construídos associados a morfologias e processos naturais específicos, vinculados a conteúdos e significados socialmente atribuídos. Ela carrega “a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de um construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material” (SCIFONI, 2016, s/p.).

PASTORIL – Folguedo popular do ciclo das festas natalinas do Nordeste nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. É uma representação do presépio. A origem é ibérica e no Brasil foi trazida pelos frades Franciscanos. Compõe-se de vários personagens: José, Maria, Menino Jesus,

cigana, pastoras, anjo, borboleta, camponesa e outros. A dramatização conta a história das pastoras a caminho de Belém. Ocorrem em outros estados brasileiros, com poucas diferenciações.

PATRIMÔNIO CULTURAL - O patrimônio cultural surge das referências culturais profundamente enraizadas na história de um grupo, transmitidas através das gerações. É sempre coletivo, ligando as pessoas em torno de uma história, construções, celebrações ou lugares de significado compartilhado e que carregam o desejo de compartilhar essas referências com as gerações futuras. Dentro da cultura de um lugar, certos elementos ganham o status de patrimônio cultural devido à sua importância e significado. Eles se tornam representativos do grupo, conferindo identidade. O patrimônio cultural costuma ser tão arraigado na vida das pessoas que muitas vezes sua importância é difícil de expressar, mas sua ausência seria sentida. Exemplos: paisagens locais, práticas culinárias, celebrações tradicionais, danças, músicas e brincadeiras. Como aponta Cecília Londres, "Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia" (IPHAN, 2012, p.5).

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL – Diz respeito aos bens físicos, tangíveis, produzidos pela ação do homem. Segundo o Decreto Lei nº 25/1937, é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos do passado importantes para a história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico, arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL – Diz respeito a todos aqueles processos que definem as formas de ser e de viver dos grupos, suas identidades sociais, visões de mundo, memórias coletivas, elementos simbólicos, saberes e práticas.

Algumas categorias: celebrações, saberes e ofícios, formas de expressão, lugares.

REGISTRO - Instrumento de proteção e preservação dos bens culturais imateriais criado pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. São 4 os livros de “Registro de Bens culturais de Natureza Imaterial”: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. Assim como o instituto do tombamento, o registro pode ser aplicado em níveis federal, estadual ou municipal, com suas respectivas legislações.

REPARAÇÃO - Medidas de reconstrução, recuperação e reabilitação dos danos causados direta ou indiretamente por um desastre, que pode ser de natureza ambiental, climática ou tecnológica, quando é requerida a adoção de estratégias que visem o “reconstruir melhor”, evitando o surgimento de novos riscos, reduzindo os já existentes e desenvolvendo formas de compensar as perdas materiais, econômicas e sociais das comunidades e indivíduos atingidos.

SALVAGUARDA - O termo “salvaguarda” remete à ideia de proteção ou garantia. No campo do patrimônio, refere-se a toda e qualquer ação ou processo destinado à preservação dos bens culturais de natureza imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e transmissão³. O termo tem equivalência com a noção contemporânea de preservação, que visa a garantir a viabilidade do bem cultural.

SÍTIOS NATURAIS – Áreas de importância natural e cultural, cujo manejo está intimamente relacionado com os modos de vida das comunidades. Ex.: rios, córregos, cachoeiras, ilhas e praias do rio Doce, além de marcos paisagísticos.

SUSTENTABILIDADE CULTURAL - Sustentabilidade abrange a “promoção do equilíbrio global entre as condições ambientais, sociais, culturais e políticas, considerando as variadas sociedades humanas”. Sustentabilidade cultural, por sua vez, é alcançada quando o bem registrado está inserido em circunstâncias sociopolíticas e ambientais apropriadas, sem ameaças diretas que afetem sua produção, reprodução e transmissão (BRASIL, 2012, p.53).

³ Disponível em: unesco.org. Acesso em jul/2023.

TOMBAMENTO - O tombamento foi instituído em nível federal pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, sendo um dos principais instrumentos jurídicos oficiais de proteção do patrimônio cultural que podem ser feitos pelos governos federal, estadual e municipal, com suas respectivas legislações. Em função do interesse público, o instituto do tombamento tem por objetivo garantir, em caráter obrigatório, a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos.

TRADIÇÃO - Palavra com origem no termo em latim *traditio*, ou o ato de transmitir, passar adiante. A transmissão oral de fatos, conhecimentos, de costumes, comportamentos, memórias, rumores, crenças e lendas de idade para idade, de geração para geração.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENTREVISTAS:

ENTREVISTA concedida por Conceição de Fátima Barbosa a Maria Alice Braga para o Projeto - Cartilha "Territórios & Referências Culturais", Rio Doce/MG. Abril 2023. UNESCO/Fundação Renova.

ENTREVISTA concedida por Fabíola Lopes dos Santos a Maria Alice Braga para o Projeto - Cartilha "Territórios & Referências Culturais", Rio Doce/MG. Março 2023. UNESCO/Fundação Renova.

ENTREVISTA concedida por Maria Matias a Maria Alice Braga para o Projeto - Cartilha "Territórios & Referências Culturais", Rio Doce/MG. Março 2023. UNESCO/Fundação Renova.

ENTREVISTA concedida por Vanda Matias a Maria Alice Braga para o Projeto - Cartilha "Territórios & Referências Culturais", Rio Doce/MG. Março 2023. UNESCO/Fundação Renova.

BIBLIOGRAFIA:

BARRETO, José Alberto: Livro *O Caminho de São José*. Pg. 01 a 25.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - 2010. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - *Plano Setorial para as Culturas Populares/MinC/SCC* - Brasília, 2012. 100 p.

EXPRESSÃO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Mariana* – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer – Expressão socioambiental – Pesquisa e Projeto. Mariana, s/d, 324p.

FLORÊNCIO, Sônia R. Rampim et al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso: maio/junho.2023.

FORTUNA, Carlos. *Patrimônio, turismo e emoção*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 97, p. 23-40, 2012.

FUNDAÇÃO RENOVA. *Diagnóstico das Referências Culturais* (volumes 1 a 4). Mariana, MG, 2022. No pelo.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. *Bem cultural*. In:

GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete)

IPHAN. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em mar/abr, 2023.

_____. *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. 134 p.

_____. *Manual de elaboração de Planos de Salvaguarda*. Organização: Aline Miranda, Rafael Belló Klein e Sara Santos Morais. Brasília: Iphan, 2022. 60p. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_planos_de_salvaguarda.pdf>. Acesso em mai./23.

_____. *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Texto e revisão de Natália Guerra Brayner – 3ed., Brasília, DF. Iphan, 2012, 36p.

LONDRES, Cecília. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf. Acesso em 14.mai.2023.

LUVIZOTTO, CK. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4. TEXTO: A (re)invenção da tradição no contexto da modernidade tardia.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Pensar grande o patrimônio cultural*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 2, dez. 1986. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi=S0102-64451986000300011>. Acesso em: 21 out. 2014.

MOTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. *Inventário* – Artigo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Inventário%20pdf.pdf>. Acesso: 24.mai.2023.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (organização). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secult: Iphan, 2015. 210p.: il. – (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1) ISBN 978-85-7334-273-4 1. Patrimônio Cultural. 2. Educação Patrimonial. 3. Políticas Públicas. I. Pinheiro, Adson Rodrigo S. II. Prefeitura Municipal de Fortaleza. III. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IV. Título. V. Série.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE. QUADRO II – C – *Proteção de Processos de Registro em nível municipal: Corporação Musical Santo Antônio* – 2018.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL D RIO DOCE Rio Doce. *Inventário de Proteção ao Acervo Cultural* – Estruturas arquitetônicas e urbanísticas. 2019.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE. *Dossiê de Tombamento da antiga Estação Ferroviária de Rio Doce*. Desenvolvido de acordo com as normas do IEPHA-MG1 para o período de ação e preservação de 16 de abril de 2005 a 15 de abril de 2006.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE. *Celebrações*. Quadro II - Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural - ICMS. - Levantamento realizado em 2019.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE. Portal: <http://www.riodoce.mg.gov.br/>. Acesso em: fevereiro/março/ abril/2023

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário *IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SÁTYRO MAIA, D. *A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições*. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 71–98, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/350>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

TOLENTINO, Âtila B. *Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces*. 2019. Revista CPC, 14(27esp), 133-148. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp133-148>

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>

_____. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Paris, out. 2005.

_____. *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Paris, 2001.

Outros websites pesquisados:

<https://www.significados.com.br/tradicao/>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/>

<http://www.iepha.mg.gov.br/>

<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/paisagens-naturais>

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>

<https://pt.wikihow.com/Rezar-uma-Novena>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura_colonial_do_Brasil

O texto desta Cartilha foi composto em tipografia Titillium Web , corpo 11, predominantemente.
Capa impressa em papel Supremo LD 300g e miolo impresso em papel Couchê Fosco 115g.
Impressão - Rede Gráfica | BH | MG | Brasil